

ISABEL LUSTOSA

# **O Macaco Brasileiro: um jornal popular na Independência**

“Exaqui o Simão, falando; de  
casa posta, e com seu modo  
de vida, como gente; não  
duvidando de dar-se com os  
seus amos, se eles quiserem,  
mas não tratado como  
Macaco do Mato em cepo;  
tudo se faz a boa mente mas  
não escarapetiando.”

**ISABEL LUSTOSA**

é pesquisadora da Casa de Rui Barbosa (RJ) e autora de *Insultos Impressos – a Guerra dos Jornalistas na Independência* (Companhia das Letras).

## A IMPRENSA DA INDEPENDÊNCIA

Dentre os jornais que circularam no Rio de Janeiro no tempo da Independência nenhum houve mais original, mais curioso e mais engraçado do que *O Macaco Brasileiro* (1). Lendo-o sem antes ter conhecido o nível que alcançou aquela imprensa pode-se obter a falsa impressão de que se trata de alguma forma de escrita arcaica, típica do tempo. Mas quando se coteja o *Macaco* com jornais como o *Correio Braziliense* (2), o *Revérbero* (3), a *Malagueta* (4) ou o *Tamoio* (5), a gente constata que pouca diferença havia no modo de escrever e mesmo de pensar dos jornais de então quando comparados com os atuais (6). A partir do momento em que se libera o prelo (abril de 1821), começam a se revelar alguns bons jornalistas. É em seus textos que se pode melhor aferir a continuidade da maneira de se escrever em português do começo do século XIX para cá. Apesar de algumas pequenas transformações ortográficas, a língua mudou pouco e quem escrevia bem e de forma clara é hoje tão ou mais legível que muito contemporâneo. Afora alguns excessos retóricos muito do que se escreveu durante a longa batalha dos jornais da Independência é perfeitamente atual (7).

Foi uma época de grandes disputas verbais, e pode-se dizer que a Independência foi sendo conquistada *pari passu* através das campanhas jornalísticas: primeiro, reagindo aos projetos recolonialistas das Cortes de Lisboa para com o Brasil; segundo, através da intensa movimentação de dezembro de 1821 que levou ao Fico no janeiro seguinte; depois, na campanha pela Constituinte Brasileira, e em seguida, quase que simultaneamente, na disputa em torno dos limites do poder que teria o imperador. Esta foi seguida pela “Bonifácia”, a violenta repressão que sucedeu à falsa renúncia de José Bonifácio e de seu gabinete em outubro de 1822.

- 1 O *Macaco Brasileiro*, bissetimânico, durou de junho a agosto de 1822 e dele circularam 16 números impressos na Tipografia de Silva Porto e Cia. Foram seus redatores Manuel Zuzarte e Pedro da Silva Porto.
- 2 O *Correio Braziliense*, ou *Armazém Literário* foi lançado em Londres em 1º de junho de 1808 e durou até dezembro de 1822. Seu redator era o brasileiro Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça.
- 3 O *Revérbero Constitucional Fluminense*, jornal de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, durou treze meses, de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822. O *Revérbero* foi o primeiro jornal de caráter político independente, cultor de idéias liberais na linha das preconizadas pela Revolução Francesa.
- 4 *Malagueta* era o nome do jornal publicado por Luís Augusto May, de forma irregular, a partir de 18 de dezembro de 1821. Costumava-se chamar May de o *Malagueta*.
- 5 Jornal andradista, publicado logo após a queda de José Bonifácio do ministério (16/7/1823). Atacava de forma violenta e direta aos portugueses e indireta a D. Pedro I. Circulou de 12 de agosto a 11 de novembro de 1823 e foi, junto com a *Sentinel da Praia*, grande pivô da dissolução da nossa primeira Constituinte (12/11/1823).
- 6 Para Antonio Candido, nesse cenário, merece destaque a prosa de Hipólito da Costa: “Hipólito foi o primeiro brasileiro a usar uma prosa moderna, clara, vibrante e concisa, cheia de pensamento, tão despojada de elementos acessórios, que veio até nós intacta, fresca e bela, mais atual que a maioria da que nos legou o século XIX e o primeiro quarto deste. Foi o maior jornalista que o Brasil teve, o único cuja obra se lê toda hoje com interesse e proveito, foi um escritor e um homem de pensamento, exprimindo melhor que ninguém os temas centrais da nossa época das luzes” (Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*, 2ª ed. revista, São Paulo, Martins, 1962, p. 254).
- 7 Segundo Adriano da Gama Kury, a ortografia usada há quase duzentos anos pouco difere da chamada “mista” (pseud-etimológica), que, sem uniformidade, viveu até as primeiras décadas do século XX (A. G. Kury, “Ortografia e Linguagem”, in *Correio Braziliense*, vol XXX – “Estudos”, São Paulo, Imlsp, 2002, pp. 697-701).

- 8 A *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*, publicada pelo italiano da Sardenha, Joseph Stephano Grondona, durou de 12 de agosto a 11 de novembro de 1823.
- 9 Esse processo e a influência da imprensa em seu curso é o tema e a razão de meu livro *Insultos Impressos – a Guerra dos Jornalistas na Independência* (São Paulo, Companhia das Letras, 2000).
- 10 Os editores dos jornais eram chamados de redatores e os jornalistas de escritores.
- 11 A questão do anonimato teve diversos tratamentos entre os anos de 1821 e 1822. A partir de 5/6/1821, D. Pedro, o príncipe regente, seguindo o que determinavam as bases da Constituição, liberou totalmente a imprensa. Em virtude da agitação do país no final de 1821, o governo proibiu o anonimato na tipografia oficial, o que foi revogado por José Bonifácio de Andrada, em janeiro de 1822. Ele ordenou que não se embarcasse a impressão de escritos anônimos. Em virtude da grande agitação daquele ano, novo decreto (8/6/1822) determinaria que todos os escritos deveriam ser assinados pelos seus autores. Medida que nunca foi realmente respeitada.
- 12 A *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal publicado no Brasil, durou de 10 de setembro de 1808 a 31 de dezembro de 1822, quando passou a chamar-se *Diário do Governo* (que, com este nome, sobreviveria apenas até maio de 1824). Além da *Gazeta*, espécie de folha semi-oficial, publicada sob rigorosa censura, outro jornal de mesmo perfil apareceria na Bahia, *Aldade do Ouro no Brasil* (1811-23), publicado sob a proteção do governador, o conde dos Arcos.
- 13 Carlos Rizzine, *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil (1500-1882) – com um Breve Estudo Geral sobre a Informação*, Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, Kosmos/Erich Eichner & Cia., 1946, p. 371.
- 14 Para se ter uma idéia do que correspondia o valor de uma assinatura basta que se diga que “uma empada de recheio de ave custava 100 réis; um arrátel [medida antiga correspondente a 459 gramas] de lingüiça, 280 e um quartilho [0,6655 litro] de tinta para escrever, 320 réis” (cf. L. M. B. P. Neves, “Uma Nova Cultura Política”, in L. M. B. P. Neves e M. Morel [orgs.], *Colóquio História e Imprensa*, Rio de Janeiro, UERJ, 1998, p. 9).
- 15 Lúcia Maria Bastos P. Neves, *Corundas, Constitucionais e Pês-de-Chumbo – a Cultura Política da Independência – 1820-1822*, tese de doutorado, Departamento de História/USP, 1992, p. 94 [2 volumes mimeografados].

Os meses que se seguiram (de novembro de 1822 a maio de 1823) só não foram de total silêncio porque os jornais da situação continuaram a atacar os adversários do Andrada. Com a abertura dos trabalhos da Assembléia, em 3 de maio de 1823, no entanto, os jornais de oposição voltaram a circular. A partir de julho de 1823, a configuração da imprensa mudou com a entrada em cena dos Andrada, agora opositores do imperador. A intensidade dos ataques dos irmãos paulistas, através das páginas do *Tamoio* e de seu casual aliado, *Sentinela da Praia Grande* (8), provocara, como se sabe, o fechamento da Assembléia (9). Todo esse processo teve como atores jornalistas improvisados. Gente das mais diversas origens e formações que aproveitou a porta aberta pela imprensa para se lançar na vida pública. Gente movida por diversas motivações mas, em sua maioria, motivada pela vontade de participar do processo político, de influir sobre os rumos que o nascente Estado brasileiro estava tomando.

Os jornais surgidos no Brasil, entre 1821 e 1823, período de intenso debate político, declaravam logo em seu primeiro número uma intenção pedagógica. Os jornalistas acreditavam nas virtudes mágicas do saber e confiavam na educação como alavanca principal de transformação da sociedade. A seu ver cabia ao jornal o importante papel de suprir as deficiências que a falta de livros e de informações especializadas acarretava e ao jornalista o de preparar o povo para viver num Estado organizado a partir da nova realidade política.

Quase todo jornal começava com uma carta declarando essas boas intenções e garantindo que naquela folha não seriam abrigados libelos difamatórios. Tais propósitos eram, no entanto, desvirtuados pelas divergências inerentes aos projetos políticos dos redatores (10) ou das correntes a que se vinculavam. Apesar das boas intenções dos jornalistas, aos poucos, em virtude da diversidade das idéias e dos interesses em disputa, emergiam as diferenças de opinião. O clima tenso e apaixonado que caracterizava a vida política se transferia rapidamente para os textos. A imprensa

com propósitos iluministas se transformava rapidamente no palco das maiores baixarias. Com o avanço dos ataques – que, em geral, aconteciam através da seção de correspondência – o jornal perdia o tom pomposo dos primeiros números e adotava um tom coloquial, mais adequado para esse tipo de embate. Protegidos pelo direito ao anonimato (11), redatores e correspondentes se valiam de tudo para atacar: da mais sofisticada retórica aos aforismos; dos requesques aos longos e elaborados manifestos políticos; de apelidos a palavrões.

O que tornou diferente, o que deu um toque novo e original ao debate político da Independência, obrigando a imprensa a adotar recursos da oralidade popular, foram o fim da censura e a democratização do prelo. A liberação da imprensa, em 1821, possibilitou a escritores e leitores brasileiros a abertura para uma multiplicidade de idéias e atitudes. No lugar da univocidade da linguagem do único jornal permitido até então, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (12), a polifonia proporcionada pelos diversos jornais que se propuseram a entrar no debate e conquistar o público para suas idéias. Foi nesse contexto que surgiu *O Macaco Brasileiro*.

## OS BRIOS FERIDOS E A ASSUNÇÃO DA MESTIÇAGEM COMO VALOR

*O Macaco Brasileiro* circulou de junho a agosto de 1822, em 16 números impressos na Tipografia de Silva Porto e Cia., morrendo, segundo informa Carlos Rizzine, à minguagem de assinantes (13). Sua assinatura custava 400 réis mensais (14). Sobre os redatores, pouco se sabe. Eram eles Pedro da Silva Porto e Manuel Ignácio Ramos Zuzarte. O sobrenome do primeiro sugere um parentesco com o dono da gráfica onde se imprimia o jornal. Já Manuel Ignácio Zuzarte, “baixo, gordo e trigueiro”, segundo nos revela Lúcia Bastos Neves (15), era português, tinha 36 anos em 1822 e, junto com a mulher, obtivera passaporte para o

Brasil em 1809. Um dos dois se apresenta como autor das cartas do Carioca Constitucional que, de vez em quando, apareciam no *Correio do Rio de Janeiro*. Ali também diz ter publicado, com o mesmo pseudônimo, uma “Carta do Amigo da Justiça ao Amigo da Razão”.

O fato de publicarem suas cartas no jornal de João Soares Lisboa já aproximava os redatores do *Macaco* do tipo de leitor que, com mais frequência, escrevia no *Correio*. O *Correio do Rio de Janeiro*, editado por João Soares Lisboa (16), foi o jornal mais popular do ano de 1822. As cartas de seus leitores, ao contrário da maior parte das publicadas nos outros jornais, parecem mesmo autênticas. Elas eram sempre impregnadas de chavões, onde se repetem as críticas ao despotismo e se promove a exaltação da liberdade e dos direitos do cidadão. Ordenadas em parágrafos onde a pouca prática da escrita se aliava a um palavreado ingenuamente pretensioso, as cartas do *Correio* formam um curioso documento da difusão do ideário da Revolução Francesa nos trópicos, no início do século XIX.

O *Macaco Brasileiro* faria sempre o elogio das atitudes e dos escritos daqueles jornais que foram mais identificados com a causa da Independência. Aplaudiria com particular entusiasmo a atuação de Soares Lisboa, reproduzindo o apelo daquele jornalista pedindo Cortes para o Brasil: “Franco Brasil pela natureza, há de o ser por condição e já, já e já e és logo que uma voz te disse Cortes, Cortes, Cortes”. A frase original fora publicada em 22 de abril de 1822, no nº 11 do *Correio*, e dizia: “Representemos ao nosso Regente que queremos porque precisamos já, já, já: Cortes, Cortes, Cortes”. E fora a partir dela que se organizara o abaixo-assinado com que se pedira a D. Pedro a instauração de uma Assembléia Constituinte no Brasil.

Apesar de suas peculiaridades, o *Macaco* também participou do debate político. Apresentando-se como o “único meio que o Redator descobre para poder com as suas limitadas forças ser útil ao público”, o *Macaco Brasileiro* seria um dos que condenariam de forma veemente a política

recolonizadora das Cortes portuguesas. Estas teriam, segundo o *Macaco*, aprendido na “escola corsica a proteção francesa para nos proteger”. Referência a Napoleão Bonaparte e sua oferta de “proteção” a Portugal, antes de invadi-lo. O que torna engraçados os artigos publicados nesse jornal é o tom coloquial com que comenta temas sérios, produzindo algumas passagens de franco humor. Pois, não é engraçado ele dizer que o Brasil poderia responder às Cortes “com muito mais razão do que o Vigário Correia de Santa Rita disse ao Juiz de Fora mandando responder em um requerimento: ‘não quer, e agora?’”.

Representações zoológicas do Brasil estariam presentes nos títulos de jornais como *O Papagaio* (17) ou *O Periquito da Serra dos Órgãos* e nos apelidos de alguns dos correspondentes que para eles escreviam. O próprio *Macaco* fazia referência a esses dois jornais quando, ao relatar suas aventuras, revela sua angústia por não poder falar: “A este tempo já estava engolido o bocado; quis falar; dei-me aperros; desejei ser Papagaio; contentava-me já em ser Periquito da Serra dos Órgãos...”.

Se há pouca informação sobre *O Periquito da Serra dos Órgãos*, sabemos que *O Papagaio* era editado por Luís Moutinho, futuro secretário dos Negócios Estrangeiros nos Estados Unidos, membro do grupo andradista, então em franco enfrentamento com o grupo de Soares Lisboa. Segundo Lúcia Neves, Moutinho era um sofisticado intelectual, estudioso de lógica, retórica e línguas estrangeiras (18). *O Papagaio* foi um dos muitos jornais de vida efêmera que surgiram naquele contexto. Criado para defender o gabinete Andrada e atacar seus adversários, num de seus artigos concebidos nesse sentido criticou o estilo confuso do *Macaco Brasileiro*. Os redatores do *Macaco Brasileiro* reagiriam com uma curiosa nota explicativa:

“Muita gente se tem confundido (com quemadureza de sangue) no meio das opiniões que rogam e vagam; mas é porque lêem atordoadamente; busquem nas meadas o seu costal, que desvenda os negalhos (19);

16 Quando lançou o *Correio do Rio de Janeiro*, em abril de 1822, o comerciante português João Soares Lisboa já vivia no Brasil havia 23 anos. Viera de Portugal muito moço e considerava-se mais brasileiro do que português. Ao contrário da maioria daqueles com quem debatia, não tinha curso superior, não estivera em Coimbra. Soares Lisboa foi um dos liberais que, com mais determinação, lutaram para que se incluísse a cláusula do juramento prévio do imperador à Constituição que a Assembléia iria fazer e combateram o direito de veto do imperador das leis que a mesma Assembléia fizesse, granjeando, através dessas campanhas, a definitiva inimizade de José Bonifácio. Soares Lisboa foi o primeiro jornalista a ser processado com base na Lei de Imprensa no Brasil. Levado a júri em 1<sup>a</sup> de agosto de 1822, ele foi absolvido. Mais tarde, no entanto, implicado na “Bonifácia”, fugiria para Buenos Aires, logo retornando ao Rio de Janeiro. Preso, da cadeia voltou a publicar o *Correio do Rio de Janeiro*, até dezembro de 1823. Com a dissolução da Assembléia, foi exilado mas o navio em que viajava parou no Recife, já inflagrado pela Confederação do Equador. Soares Lisboa, ligado a Frei Caneca, que fora um dos colaboradores do *Correio*, aderiu ao movimento e morreu em combate, tornando-se um dos heróis daquela revolução. Ver: Isabel Lustosa, op. cit.

17 *O Papagaio* começou a circular em 4 de maio de 1822. Impresso na oficina de Moreira e Garcez, ostentava a epígrafe tirada de Molière: “Les bêtes ne sont pas si bêtes que l’on pense”. Do *Papagaio*, saíram 12 números.

18 L. Neves, op. cit., p. 94.

19 A linguagem usada pelo *Macaco Brasileiro* merece um estudo à parte. As palavras aparentemente obscuras reunidas nessa sentença estão todas dicionarizadas. Algumas constam do dicionário de Antônio de Moraes e Silva (1813), outras não aparecem lá mas aparecem nos dicionários brasileiros atuais. Assim é com a maior parte das expressões e palavras desse periódico. Apesar do tom francamente coloquial, não se verificam muitos brasileirismos, segundo me chamou a atenção o filólogo Adriano da Gama Kury. Uma hipótese a ser trabalhada é de um jargão popular português ainda não misturado com palavras e expressões africanas e indígenas. Ainda no que diz respeito a essa sentença, chamam a atenção ao longo de todos os números as metáforas associadas à tecelagem. Seria esta a atividade de um ou dos dois redatores?

porém querem sem isto ir tirando os fios? Não de embrulhar tudo, sem critério, que é o fio ariadno. Isto é uma boa advertência, e vai em poucas linhas para maior firmeza da lembrança”.

Naturalmente que o *Papagaio* andradista não deixaria passar uma tão flagrante oportunidade de demonstrar o hermetismo da escrita do redator rival, destacando-o em carta publicada na seção de correspondência e assinada por um terceiro animal, o *Jumento*.

“Senhor Redator.

[...] Rogo-lhe queira ter a bondade, se estas minhas expressões não o enjoam de papagueá-las no seu jornal, a fim de que o Macaco saiba que eu como jumento leio as suas obras sem me atordoar e que busco nas ‘meadas o costal para desvendar os negalhos’ de sua obra; porém que cada vez me acho mais enleado com os seus discursos: que portanto me digo seja mais sucinto, que se emende do seu estragado gosto, que aprenda a falar antes de publicar o que fala, visto que ainda há pouco tempo estava amarrado ao cepo! E senão, que não só hei de zurrar contra ele e analisar seus escritos; mas que hei de dar muitos coices no vento. Sou, Sr. Redator, um humilde Jumento: Jumento de Leigo, isto basta” (*O Papagaio*, nº 7, 22/6/22).

A carta do Jumento, apesar de endereçada ao redator do *Papagaio*, seria respondida no próprio *Macaco Brasileiro*. Diz-se ali que ele nunca tivera intenção de “entretar correspondências com burros”; que ao jumento da roça era melhor que por lá se deixasse estar, “sem nos inzurrar à cidade com tanto incômodo”; se quisesse porém dar coices, podia dar quantos quisesse, visto que seriam dados no vento. Mas o que causa admiração ao *Macaco* é que aquele jumento achasse agasalho “em tão Ilustre Hospitaleiro” – referência possivelmente a Moutinho – e que com isto “não ficará nada airoso o Senhor Redator”. O desaire do redator do *Papagaio* adviria do fato de que publicando carta do nível da do Jumento

ele entrava em contradição “com os seus próprios votos para com o público”: as costumeiras promessas de não publicar libelos difamatórios. O *Macaco* espera, aliás, que o *Papagaio* faça justiça e condene “tais abusos de imprensa”.

Esse diálogo é exemplar da imprensa do tempo e de suas rápidas transformações tal como apresentei acima. Pois, se o *Macaco* foi tão ponderado em sua carta a ponto de lembrar ao *Papagaio* as boas intenções anunciadas por este na estréia, não reduz o tom para dizer, a seguir, que o que fizera o Jumento ao acusá-lo de incompreensível fora “discorrer burrialmente sem



lógica”. Ele inverte a acusação de ser ilegível argumentando que se o Jumento não entende não se segue que ninguém entenda, pois o não entender do Jumento pode provir de sua “curta esfera”. No texto do *Papagaio* não faltara a referência aos danos que a linguagem do *Macaco* causava à já prejudicada imagem do povo brasileiro, sempre comparado pelos portugueses a macacos: “O que dirão os inimigos do Brasil que reputam os seus habitantes tão instruídos como os macacos, à vista de tal algaravia que este usa?!!”.

A preocupação do *Papagaio* com o que “dirão os inimigos do Brasil” era a da maior parte dos jornais brasileiros. Os redato-

res se esmeravam em cuidar da boa imagem do país e, sempre que um ou outro cometia algum erro de português, era objeto de violentas críticas. Algumas expressões usadas na *Malagueta*, por exemplo, seriam alvo de comentários irônicos do *Espelho*. No entanto, seu redator, Luís Augusto May (20), não lhes daria a menor importância. May era português e vivera na Inglaterra durante alguns anos. Sua atitude tranqüila diante de críticas desse naipe revela uma certa superioridade frente à elite local, tão preocupada em desfazer a imagem de primitiva e inculta. O mesmo não acontecia com João Soares Lisboa, que mostraria visível desconforto com as tentativas de inferiorizá-lo intelectualmente. Soares Lisboa, como vimos, era um modesto comerciante cheio de idéias que se lançara na imprensa com o objetivo de divulgar as chamadas Luzes. Tinha necessidade de apresentar-se como um escritor com um nível de instrução à altura das idéias que pretendia difundir.

Mas os redatores do *Macaco*, que eram também liberais, tinham pretensões humorísticas, escreviam daquela maneira peculiar intencionalmente ou, pelo menos, de maneira despreocupada, e não dariam a menor importância às críticas ao seu estilo. Seu debate com o *Papagaio* andradista tem por isso um aspecto especial: o *Macaco* não está preocupado com o que dele pensam os portugueses, ele não se propõe a ser aceito por esses, assume que veio do mato, orgulha-se de sua origem e de sua esperteza, orgulha-se de ter aprendido a ler às próprias custas.

Um aspecto que chama a atenção na imprensa que fez a Independência do Brasil é o tema da raça. Raça no sentido de um povo brasileiro cuja identidade era invariavelmente associada à variedade dos povos que compunham sua população. O processo da Independência começou de fato com a vinda do rei em 1808, mas esta também inaugurou uma época de ressentimentos de portugueses contra brasileiros. Antes da chegada do rei, só os brasileiros tinham motivos de queixas, reduzidos ao estágio colonial, sem direito a universidades, tri-



20 Personagem controverso, Luís Augusto May, o redator da *Malagueta*, nasceu em Portugal em 1792 e morreu no Rio, em 1850. Ao longo de sua trajetória envolveu-se em vários episódios ruidosos, sendo duas vezes espancado de forma violenta (1823 e 1829) por causa de artigos publicados em seu jornal. Ver: Lustosa, *Insultos Impressos, a Guerra dos Jornalistas na Independência*, op. cit.

bunais, fábricas ou imprensa. Mas a mudança da Corte deu ao Rio de Janeiro o *status* de metrópole, de capital do Reino. Os papéis se inverteram e o Brasil viveu profundas e positivas mudanças nos treze anos do reinado de D. João. Os portugueses naturalmente não gostaram disso. As pressões pela volta do rei e do antigo estado de coisas começaram logo após a expulsão dos franceses. Mas, para desgosto dos portugueses, D. João não voltou, ficou no Brasil, ao qual elevou à categoria de Reino unido a Portugal.

A Revolução Constitucionalista do Porto (agosto de 1820) teve, naturalmente, motivação mais nobre do que o puro ressentimento de portugueses contra brasileiros, mas foi no bojo dela e da Assembléia Constituinte que ela implantou em Lisboa que esses ressentimentos afloraram de forma mais radical. Com a liberação do prelo e o começo dos debates, a intenção dos portugueses de retrogradar o Brasil ao estado colonial foi ficando cada vez mais clara. A reação dos deputados brasileiros minoritários contra as leis aprovadas pela maioria de deputados portugueses encontrava eco nos primeiros jornais brasileiros.

A tendência a incluir a nossa variedade racial como uma característica a ser assumida e valorizada foi uma marca da campanha da Independência. Atitude que se manifestaria oficialmente na festa da Aclamação de D. Pedro I. À frente do coche puxado por oito cavalos que conduzia a família imperial vinham três moços de estribeira, um índio, um mulato e um negro. Otávio Tarquínio de Sousa acredita que a inclusão de representante das três raças brasileiras tenha sido idéia de José Bonifácio. Os jornalistas – seguindo na verdade um movimento que começou com a mudança dos sobrenomes portugueses para nomes da fauna e da flora tropicais (21) – também passaram a identificar a realidade da mistura racial da população que não podia ser negada como um distintivo da verdadeira brasilidade. Com isso, todas as demais diferenças naturais também foram realçadas como qualidades.

As diferenças que tinham a ver com a indefinição racial do brasileiro eram sempre assacadas pelos portugueses com o intuito de diminuir, de depreciar. Isso fez com que estas comesçassem a ser assumidas e reavaliadas. Foi um fenômeno reativo. Manifestou-se inicialmente como uma reação às denominações que os portugueses davam ao Brasil e aos brasileiros: “terra de negros, mulatos, cabras e caboclos ou corja de cafres, caboclos e mulatos” (*Sentinela da Praia Grande*, nº 13, 5/9/1823, e nº 22, 14/10/1823). A reação aparece em muitas das cartas publicadas nos jornais do tempo. Um correspondente do *Astro da Lusitânia*, por exemplo, escreve dizendo que o faz confiado na asserção de que vivia no “celebrado Século das Luzes”, mas que não pretendia meter-se em análises, porque “desgraçadamente sou brasileiro, isto é, índio, gentio, bárbaro, botocudo, etc.” (*CRJ*, nº 42, 30/5/1822). Outro brasileiro terminaria uma carta ao redator do *Diário do Governo* apresentando-se como “um daqueles que o Malagueta diz que se não sabe quem é branco, mulato, ou caboclo, isto é: sou brasileiro”. No auge das batalhas travadas nas Cortes de Lisboa entre os deputados brasileiros e portugueses, o *Correio do Rio de Janeiro* publicava correspondência em que alguém, com amarga ironia, se perguntava:

“Que importa a Portugal o unir-se ao Brasil? Ele tem tudo e nós nada temos. Somos e seremos para ele um fardo que só o brio e a honra imporão a lei de carregar. O Brasil, abandonado, que representação alcançará? Talvez, quando feliz, a de São Domingos (22). Nossa soberba será quebrada, seremos o riso das Nações. Os pretinhos?... Forte desgraça!” (*CRJ*, nº 42, 30/5/22).

Soares Lisboa criticaria outro jornalista por ter se referido ao público dos sermões de um famoso pregador com “as personalidades odiosas e aviltantes de Negros e Cabras”, lembrando que é “sempre mau atacar a gente de cor parda com o epíteto de Cabras; eles sendo libertos são cidadãos como nós” (*CRJ*, nº 33, 10/9/1823). O jornalista não menciona a sensibilidade dos

21 Tema que desenvolvo na “Introdução” de *Insultos Impressos: a Guerra dos Jornalistas na Independência* (op. cit.).

22 O exemplo da revolta de escravos em São Domingos (1791) era agitado pelos portugueses como uma terrível ameaça sempre que se aventava a possibilidade da Independência do Brasil. E os brasileiros, apesar de temerem de fato uma revolução desse tipo que estava fora de seus planos, não deixariam de reconhecer neste argumento uma manobra dos portugueses para submetê-los às leis colonialistas que se votavam em Lisboa. Ver: “Introdução” de *Insultos Impressos: a Guerra dos Jornalistas na Independência*, op. cit.

negros mas publicara, poucos dias antes, o protesto do cidadão João José Pereira contra a discriminação que sofriam no teatro os homens negros livres:

“Tenho ouvido dizer que é cidadão todo o homem livre nascido no território brasileiro, seus filhos e os escravos que alcançaram alforria. Como é, Sr. Redator, que dando-se ao negro e ao pardo escuro, uma insígnia militar e honras correspondentes ao grau que ocupa ou na Milícia, ou na Igreja, ou nas Letras, se não permite a esse homem estar com sua mulher e filhas num camarote na casa da Ópera, fazendo os indiscretos liberais e mal-educados os maiores insultos ao infeliz que se quer divertir e instruir-se naquela casa? [...] Igualdade é nome vão?! [...]” (CRJ, nº 23, 28/8/1823).

O que essa carta e o debate em que ela se insere demonstram é que se a atitude reativa dos políticos e jornalistas brasileiros foi a de assumir a variedade racial como um valor, com relação aos negros, a dificuldade foi sempre maior. Menos visível, portanto, mais facilmente assimilável do ponto de vista simbólico do que o estigmatizado escravo, o índio já tivera sua imagem romantizada pelo mito do *bom selvagem* de Montaigne e de Rousseau (23). O *Macaco Brasileiro*, por exemplo, ao informar sobre um projeto “para a Civilização de Índios por meio de gravuras”, sugere algumas imagens possíveis de serem trabalhadas:

“Eu me lembrei de que fossem algumas grafidadas representando um índio e um civilizado Homem dando-se as mãos e um Sol, superior entre eles esparzindo os benefícios de seus raios; uma índia, noutra gravura, dando a mão de esposa a um outro civilizado com um selvagem dançando, ou dando aqueles sinais de alegria que é comum a todo o Ente, ou dança universal, etc.”.

As imagens sugeridas pelo *Macaco* apontam na direção da união das raças. Pelo menos de duas raças: o branco e o índio, este último sempre representado romanese-

camente seguindo, como já dissemos, uma tradição que vinha desde os descobrimentos. Mas não se pode desconhecer que, naquele contexto, houve espaço para gente da dimensão de Hipólito da Costa e de José Bonifácio de Andrada (24) colocar de forma aberta e honesta a questão do negro e da escravidão no Brasil. Tanto na Independência quanto na Regência (25), a referência ao negro e ao mulato nos títulos dos jornais deixa claro que foi mais fácil para aquela geração do que para as que a seguiram lidar com o problema do negro na sociedade e na cultura brasileiras.

## O MACACO EDUCATIVO

Tal como os outros jornais de estilo mais convencional, o *Macaco* também demonstra preocupações com a educação do povo. Na maior parte dos números o *Macaco Brasileiro* enfrenta sem medo as questões mais quentes do momento e procura apresentar, com tinturas de erudição, suas idéias avançadas e originais. Ele também defende junto aos seus leitores as vantagens do regime constitucional e da nova época que se iniciava. Seus temas são os mesmos que os tratados por intelectuais do nível de Hipólito da Costa e de José da Silva Lisboa (visconde de Cairu) (26). A linha de pensamento que segue é a mesma de João Soares Lisboa: monarquia constitucional com os poderes do Executivo limitados pelo Legislativo. Mas seu estilo é único e inusitado.

À maneira do que fazia Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*, o *Macaco Brasileiro* produz um longo documento a que dá o nome de “Reflexões” (27). Ele expõe nesse longo texto, que se desenvolve através de vários números do jornal, seu pensamento sobre o Brasil, sua história e suas instituições. Afirmando ser “o bem geral o cuidado da política”, o *Macaco* reconhece não saber o que seja no mundo a “decantada perfectibilidade”, mas continua: “se me perguntarem o seu contra ou o seu veneno, direi que é a Machiavelhice [sic]”. E, completa, citan-

23 Sobre o tema ver o clássico *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, de Afonso Arinos de Mello Franco (Rio de Janeiro, Topbooks, 2000).

24 Tanto Hipólito da Costa quanto José Bonifácio de Andrada defendiam o fim da escravidão e a gradativa substituição do trabalho escravo pelo de homens livres, de preferência imigrantes europeus.

25 Hélio Vianna, em seu importante livro *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)* (Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde/Instituto Nacional do Livro, 1945), enumera uma variedade de jornais do tempo da Regência que traziam já no título a alusão à cor e à raça de seus redatores e/ou leitores. Ver também: Ivana Stolze Lima, “Com a Palavra a Cidade Mestiça – Imprensa, Política e Identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833”, in Ilmar Rohloff de Mattos (org.), *Ler e Escrever para Contar: Documentação, Historiografia e Formação do Historiador*, Rio de Janeiro, Access, 1999, pp. 161-84.

26 José da Silva Lisboa, feito barão de Cairu em 1826 e visconde em 1826, nasceu na Bahia, em 1756. Estudou filosofia e direito canônico em Coimbra entre 1774 e 1779. Atuou na Imprensa Régia como censor, mas foi também jornalista e panfletário atívisimo. Era um erudito, dedicado aos estudos literários, históricos, políticos e econômicos, conhecedor e admirador das obras de Adam Smith e Edmund Burke.

27 A parte do *Correio* em que Hipólito da Costa desenvolvia seus argumentos chamava-se “Reflexões sobre as novidades do mês”.



do, numa interpretação livre, um então muito famoso pensador (28): “Chicanaí o povo e o povo vos chicanará, como diz De Pradt”. Números depois, o *Macaco* explicava aos seus leitores o que era o processo de nossa Independência recorrendo a uma curiosa metáfora:

“Grande e rica família Brasileira, o dia chega para serdes o que a Natureza demonstra: um Império! O Brasil é como o Filho, que tocando a idade de se tornar Estado, separa-se do pátrio lar, casa-se e forma um casal: embora leve a mal o interesse do seu pai esta deliberação e este fato; o tempo cura estes amofos e os congratula: a caduquez se avizinha e o ânimo final so-correrá a desfalência paterna”.

Mais adiante, antecedido de um quase revolucionário “Nós não temos que temer senão a nós e não temos que esperar senão de nós”, ele avança com sua metáfora por caminhos inimagináveis, valendo-se como sempre de um ponto de vista bastante peculiar.

“A sociedade forma-se de gente e esta da união sexual, mas deve ser legal, qual a do matrimônio; fora deste laço está a ilegitimidade. Qual de nós quererá ser antes bastardo! Qual de nós quererá ver bastardear sua filha! [...] Eu não digo que se condene o natural, o espúrio, o incestuoso, o sacrílego; seria condenar a inocência: condeno só o coito ou a ação por ilegítima e imoral”.

Aparentemente a questão do coito e das filhas abastardeadas nada tem a ver com o Brasil, mas vem na seqüência do pensamento do jornalista sobre o país apresentado como aquele filho que deixa o lar paterno ao atingir a maioridade. A sensação é de que o redator não conteve seu impulso de ir fazendo seguir asneiras por outras ainda maiores e, depois da “caduquez” que “se avizinha” e da “desfalência paterna”, talvez só pudesse vir mesmo, para coroar todo o resto, esse incrível parágrafo.

O *Macaco* expressa também sua opinião sobre várias outras questões relativas à cultura e à sociedade de seu tempo. No nº 7, em

texto que intitulado “O Macaco na Casa do Sebastianista”, ele cai na pele dos que ainda esperavam a volta de D. Sebastião. Note-se aliás, aqui, o mau gosto do termo flatulência, inserido com intuito pejorativo:

“Não há coisa tão imprópria das Luzes do Século, tão iluminado que a Piedosa credulência ou flatulência destes chamados Sebastianistas que passam as suas vidas curvados sobre as trovas de um negro do Japão e de um Sapateiro; não sendo senão obra de um astuto jesuíta [...] vindo a ser um desar a Expectação de um morto, que tem suposto vivo encoberto para obter o que temos tido da nossa mão [...]”.

Ao longo dos vários números ele apresenta reflexões sobre a história de Pernambuco, exaltando a coragem do povo daquela província na guerra contra os holandeses. Também reflete sobre a obra e o papel do padre Antônio Vieira, em texto longo e de difícil interpretação, no qual, numa passagem, diz que: “O Padre Vieira era grande cabeça mas a sua balda era chamar-se à celebridade; ele conhecia a Arte Oratória, que ele mesmo formou, para o bom gosto, como o diz e se vê do seu primeiro sermão”. A época de D. João III, segundo o jornal, “chegou para receber então um brilho mais lustroso; porém uma companhia fez a privação monopólio ou Estanco do Comércio das Letras e um Tribunal intolerante (a) se atribuiu a caveira dos nossos sentimentos”. Ao mesmo tempo que critica o Santo Ofício e a Companhia de Jesus, em nota de pé de página o redator reconhece porém que: “a) Mas esta Companhia mesmo pela sua ambição profana e Religiosa foi capaz da Civilização dos Bárbaros Índios e esse tribunal devastador; povoador devastador na Europa, foi povoador na América pelos seus deportados”. Cansado de tanto filosofar, o *Macaco* conclui um de seus artigos dizendo: “Deixemos para os intermúndios de Epicuro – e só próprio deles aí estabelecer Platão a sua República, Campanelli a do Sol e Moro a sua Utopia. Que nós não habitamos estes mundos”.

28 Dominique de Fournet De Pradt, (1759-1857), arcebispo de Malines (Bélgica), foi um dos mais citados autores do jornalismo desse período. Escreveu *Des Colonies et la Revolution Actuelle de l'Amérique* (Paris, 1817); *Trois mois de l'Amérique Méridionale et du Brésil* (Paris, 1818); *L'Europe et l'Amérique depuis le Congrès d'Aix la Chapelle* (Paris, 1821, 2v.). Hipólito da Costa comentaria, em 1816, o seu *De Congress de Vienne* e José da Silva Lisboa comentaria, entre outras de suas obras, *L'Europe et l'Amérique* (Silva, 1981, pp. 52-3).

Se a construção das frases e dos pensamentos era inusitada, o nível de informação era sofisticado. A familiaridade com a obra do padre Antônio Vieira, o conhecimento da História do Brasil e de Portugal, a avaliação sensata do papel que tiveram os jesuítas na civilização dos índios (mesma análise que Hipólito da Costa publicara alguns anos antes no seu *Correio Brasileiro*) evidenciam um nível de conhecimento superior, de integração à alta cultura então vigente no mundo ocidental. Na última citação acima, o *Macaco* propõe que deixemos para os “intermúndios de Epicuro” as questões mais elevadas, quais sejam as que se propõem a teorizar ou filosofar sobre o mundo e sua ordem natural e social. Cita Platão, Thomas Morus e Campanella, denunciando se não a leitura pelo menos o conhecimento do lugar desses na história das idéias.

## O MACACO E A ESCOLA

“Em tudo se vê tiranizada a pobreza desde o berço!”

A parte mais interessante desse jornal da Independência está associada à saga do macaco, apresentada, com interrupções, ao longo dos dezesseis números. O personagem tem as características que o macaco sempre manteve no folclore universal. Da China, passando pela África e por alguns países da Ásia, o macaco é sempre a representação do sujeito presepeiro, ladino, malandro, enfim, o tipo do Pedro Malasartes (29). Logo no primeiro número o macaco se apresenta como um macaco velho, calejado por natureza. Sua experiência advinha do fato de, apesar de ter vivido muitos anos “preso ao cepo”, passando de mão em mão, muito ter aprendido às próprias custas, imitando o que via, “mexendo livrinho e ouvindo coisinhas”, como ele diz. É quando resolve romper com sua situação de macaco preso ao cepo que ele começa as suas aventuras.

Aventureiro, trapalhão, mas principalmente testemunha, o *Macaco* diz que quer

contar “aos mais curiosos leitores o como me achei no fadário da minha vida”. Antes de ser capturado o macaco “vivia embrenhado no mato”. Um tiro de espingarda roubou-lhe a liberdade. Logo o macaco soube estar destinado a um mestre, que ensinava a ler e que era muito requisitado justamente porque os pais gostavam que a escola fosse “um açougue de panca-da”. A vívida descrição que ele nos proporciona do que era uma aula para as primeiras classes naquele tempo e a visão crítica que tem o redator daquele método de ensino fazem muita honra ao macaco.

“Logo que cheguei à casa, ou Inferno, do meu Amo, fiquei cercado, e não me faltou que tasquinhar; mas aborrecido cocava nos rapazes e era um alarido quando apanhavam o mestre de cesta; [...] Eu queria perguntar ao Mestre, para que era fazer de uma Escola de Ler uma aula de Música [...] Ele dava com o cabo da palmatória coques e também nos dedos, o que tudo era desordem, porque, perturbando os meninos, os fazia mais e mais errar e no fim grossa de bolos e às vezes com a mão em cima da mesa o que era um martírio. Um gago ou desmemoriado, em cujos defeitos era culpada a natureza, eram a safre dos quinaus, e pagava o fato pelo pecador”.

A violência não se limitava aos castigos infligidos pelo mestre aos alunos. Havia também humilhações públicas como ser penitenciado a estar com um pé no chão e outro no ar, ou a manter as bochechas cheias para apanhar sopapos dos colegas ao mesmo tempo em que os que batiam cantavam: “por que apanha? porque fugiu”. Pois, acrescenta o macaco bem no seu estilo, “o surrório era de coro e cantilena”. O macaco diz que não podia ser condenado a maior pena mas de ouvir e ver aprendeu a ler sem palmatoadas. Mesmo assim, diante de tanto sofrimento, resolveu pôr-se a fresco, como ele mesmo diz. Solto e “ingripado” mas também faminto, o macaco fugiu da casa do mestre escola e foi dar em outra casa em busca de comida, onde encontrou “um prentinho que me socorreu com a sua carida-

29 Inúmeras são as lendas de nosso folclore em que o macaco é personagem. Poucas delas são indígenas, a maior parte tendo vindo mesmo de Portugal. Na China, o macaco é o personagem central de uma lenda milenar: “As Aventuras do Rei Macaco”, onde ele se envolve numa série de aventuras bem no espírito das que vêm narradas na saga do *Macaco Brasileiro*.

de”. Era a casa de um mestre de música, como percebeu o macaco ao ver chegar vários rapazes com papéis de música. “Uns estudavam, outros enticavam comigo e os outros se entertinhavam em cavalgar um corrimão e deslizarem por ele. O pai José bem os admoestava com o Senhor Padre Mestre, mas debalde.”

Interessante neste trecho é a presença atuante do escravo do Padre Mestre, chamado ora “pretinho” ora de “pai José”. Um escravo com voz e atitude, capaz de acolher o macaco com sua caridade e de admoestar os estudantes para que não se excedessem. É bem verdade que, sem sucesso, fazendo vivo contraste com o silêncio que se estabeleceu logo que se ouviu a primeira passada do mestre no corredor. Diz o macaco que a partir daí tudo “se arranjou como se fosse um guarda que ouvisse gritar às Armas”.

“Não tardou muito que não viesse já com a batina sem capa o Senhor Padre Mestre: salvou os Cavalheiros (que assim os chamava) e assentando-se, olhou para um vaso de água e disse: Oh! hoje houve brequefeste (a água não estava já pelo sinal) então todos se escusaram com o Macaco. Chegou-se o primeiro e, não entoando bem, era afinado pela orelha, puxando-lha para cima ou para baixo conforme era a desentoação. O menino com isto cada vez mais se perdia e em lugar de cantar, chorava. E terminava esta lastimosa cena com cachações, esbarrados os Discípulos o chão, porque ainda não vi homem mais irascível.”

O método de ensino na casa do mestre de canto não era melhor do que o que adotava o mestre de primeiras letras. Da passagem por essas duas escolas, aliás, conclui o macaco que “as coisas vão nestes Estudos trastrocadas” pois

“a Escola de Ler era de Música e a de Música é de choro! Desgraçada mocidade! O Mestre faz-se odioso; o discípulo olha a arte e nela vê a cara iracunda e inóspita do Mestre, aborrece-o e aborrece-a, brinca, mente: assim o fugaz tempo se passa... e tudo vai de orelha a orelha!!!”.

Esse relato do *Macaco Brasileiro* tem a finalidade de denunciar a maneira como eram tratadas as crianças pelos mestres, como também a de revelar a injustiça do tratamento dado aos que tinham dificuldades naturais (desmemoriados e gogos) e aos pobres. Pois, segundo o macaco, os meninos cujas famílias eram mais bem aquinhoadas podiam pagar para não serem punidos. “Quem era pobre é que sofria”, diz o macaco para acrescentar mais adiante: “em tudo se vê tiranizada a pobreza desde o berço”. Pode-se dizer que este é um dos raros protestos contra as desigualdades sociais que chegou a ser impresso no Brasil do começo do século XIX.

Depois que aprendera a ler, não havia coisa que mais indignasse o macaco do que ser tratado como bicho, pois também achava que a principal diferença dele em relação ao homem era “a desgraçada sorte de não mover a língua e dar os sons necessários que fazem os elementos da palavra; pois quando ia para pronunciar, saíam outros”. Outra dificuldade de natureza física era a diferença do formato do seu polegar para o do ser humano, o fato de “não ter a mão com um polegar capaz de exercer estes arranjos de dedos”. Antes de adquirir o dom da fala o “macaco agüentava às chuchas calado e só guinchava”.

“Teve então de mim piedade Minerva, por ver tão bons desejos e o amor que sempre consagrei às livrarias, e concedeu-me a fala, para me poder desafrontar e como cassei-lhe esta habilidade da varinha de condão, hei de falar pelos cotovelos, o ponto é que haja quem me dê ouvidos, que olhos já há muito sei enfeitiçar pelos meus esgares e macaquices.”

Na segunda parte da saga do macaco, já o encontramos elevado à condição de criado de um estudante brasileiro recém-chegado a Coimbra. Apesar do título que recebe esta parte – “O filho do Ilhéu chegando em Coimbra para estudar” – percebemos, mais adiante, tratar-se de um estudante brasileiro. Ao chegarem a Portugal, tudo no brasileiro foi motivo de chacota: o fato de o rapaz

– “com toda aquela singeleza e simplicidade brasileira” – ter usado “a frase brasílica” para pedir, “certo peso de balas”, no lugar de “rebuçados”, como se usava (e se usa) em Portugal. O macaco nos conta que também foi motivo de mofa a roupa vistosa do rapaz – “foi chamariz para a cacheirada: foi festa” – e o fato de ter pego os frutos de uma oliveira e saído a comê-los como se lhe parecesse que os “acharia na árvore como no Brasil ou na Paroleira (30), já com toda a sua salmoira”, provocou ainda maior hilaridade: “Valha-o o diabo, é macaco, veio do mato, este carioca pensa que são cocos do Brasil. Olhe que azêmola!”.

“Cada terra com seu uso, cada Roca com seu fuso”, conclui filosoficamente dessa aventura o macaco. A diferença no jeito de falar era mais um elemento de separação entre brasileiros e portugueses: culturas que se distanciavam e se redefiniam em função da Independência.

A inclusão da saga do macaco como parte importante no *Macaco Brasileiro* é um fenômeno único na imprensa daquele momento (31). A que vinha o personagem? Para que servia num contexto em que os jornais se dedicavam a educar o povo para o regime constitucional? A explicação que me ocorre é que o *Macaco Brasileiro* é uma releitura com sinal positivo da representação do Brasil tal como tentaram nos vender os portugueses. Ao registrar os apodos com que teriam sido atacados nas Cortes de Lisboa os paulistas – “Bárbaros! Incultos! Selvagens! Índios! Tupinambás!” – o *Macaco* acrescenta: “sendo eu Carioca Constitucional me sinto pela vizinhança compreendido; mas não me apanham descalço que já por isso me intitulei macaco”. A naturalidade deste “não me apanham descalço” neutraliza a ofensa pela própria reavaliação do conteúdo da ofensa. Isso nos leva a especular: será que toda a saga do macaco, narrada ao longo de seus dezesseis números, e a linguagem adotada pelos seus redatores não pretendiam, de fato, afirmar uma brasilidade que se destacava pela mistura não só racial como também cultural?

O macaco, como já foi dito, se assume como macaco antecipando o ataque. É uma

forma de neutralizá-lo, na medida em que de fato a presença negra era marcante (note-se a simpática e caridosa acolhida do Pai José mencionada logo acima). Isto posto, a narrativa registra sua origem: antes de ser capturado, ele vivia embrenhado nos matos, tal como o Brasil, que era um mato só antes dos portugueses aqui chegarem. Capturado por meios violentos ele viveu muitos anos preso ao cepo, tal como o Brasil sob o regime colonial. Aprendera muita coisa pela observação, inclusive a ler e a gostar dos livros. Tinha vontade de falar mas não podia. O que pode servir de analogia tanto à já então exaltada esperteza do brasileiro (32) quanto à vontade do Brasil de ter imprensa para poder se manifestar e não a poder ter por causa do colonizador. O dom da fala obtido pelo macaco foi a imprensa, pois se antes, mudo e embrenhado nos matos, ele não sabia ler, na casa do rigoroso mestre-escola, aprendeu. Isso mudou sua atitude no mundo.

Naturalmente que ao nos xingar de macacos, tal como o fariam argentinos e paraguaios cinqüenta anos, durante a Guerra do Paraguai (33), os portugueses se referiam à forte presença africana entre nós. Isso nos leva à questão: por que um jornal que claramente defendia os interesses do Brasil e de sua Independência adotou o nome de *O Macaco Brasileiro*? A meu ver, essa atitude era uma leitura com sinal trocado das manifestações de preconceitos dos jornais portugueses, sempre tentando depreciar o Brasil por sua enorme população de escravos. Os brasileiros absorveram a crítica, trocaram-lhe o sinal e, tal como fariam os modernistas cem anos depois, valorizaram justamente as coisas com que queriam nos diminuir ou as desvalorizaram, satirizando-as. O *Macaco Brasileiro* foi a mais avançada manifestação de auto-reconhecimento do Brasil tal como os brasileiros o viam naquele momento definidor. Negro ou índio, certamente com uma imagem menos glamourosa do que a deste último, o *Macaco Brasileiro* é, na verdade, uma alegoria do Brasil e sua aventura, uma parábola da História do Brasil sob a colônia e de sua libertação com a Independência.

30 Vasilha afunilada, própria para guardar azeitonas.

31 O *Brasil*, jornal que circulou em poucos números (talvez só um) durante o ano de 1822. Escrito na primeira pessoa, nele o país se apresenta como um índio gigante, ao mesmo tempo simples e destemido. Segue uma linha mais ufanista, sem aventuras e sem nenhum humor.

32 Até Hipólito da Costa faria o elogio desta quando dissesse: “quanto ao engenho e talentos de seus habitantes, ninguém que conhece o Brasil duvida desse fato” (*Correio Brasileiro*, vol. 29).

33 O grande contingente de negros nas tropas brasileiras que lutaram na guerra motivou o apelido dado aos brasileiros de “*los macaquitos*”. D. Pedro II seria “*el gran Macacón*” (ver: Lília Schwarcz, *As Barbas do Imperador*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 306).